

Eixo Temático

1. Educação no Campo e Movimentos Sociais

Título

A SUBALTERNIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO

Autoras

Darlene Camargo Gomes de Queiroz

Márcia Figueira Marques da Silva

Instituição

UNIGRANRIO

E-mail

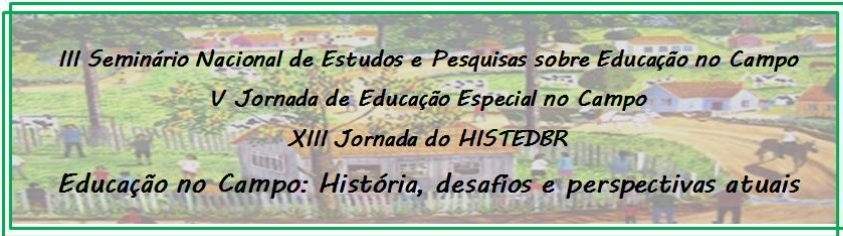
profdarlenedequeiroz@gmail.com

Palavras-chave

Preconceitos; Escolas do Campo e Prática Pedagógica

Resumo

Este artigo surge a partir de uma inquietação sobre as dificuldades e os preconceitos que sofreram o povo rural e principalmente as escolas do campo. A falta de qualidade de ensino para este segmento e uma oferta educacional que preparava seus discentes para mão de obra urbana. Essa subalternidade é marcada por diversos movimentos sociais que lutavam e lutam, por uma educação de qualidade acima de tudo igualitária. Dentre os muitos questionamentos apresentados por este segmento, que enfatiza está visão de exclusão, a falta de políticas públicas específicas é um dos entraves que impedem o avanço dessas escolas, além da necessidade da reformulação curricular, que facilite a prática pedagógica nessas unidades escolares. O texto busca destacar tudo o que for relevante em relação a minha pesquisa, servindo como base para me aprofundar melhor no assunto. Além da apresentação de uma rica referência bibliográfica que me auxiliará nos estudos do tema proposto.



Texto Completo

Inicialmente o artigo destaca de forma breve como se deu a escola do Campo, nos dias de hoje, a partir dos movimentos sociais, que serviram como instrumento fundamental para efetivas mudanças na educação.

Além disso, destacando a subalternidade das escolas do campo, em relação a zona urbana e toda visão urbanocêntrica, que vêm sendo desmistificada ao longo dos anos.

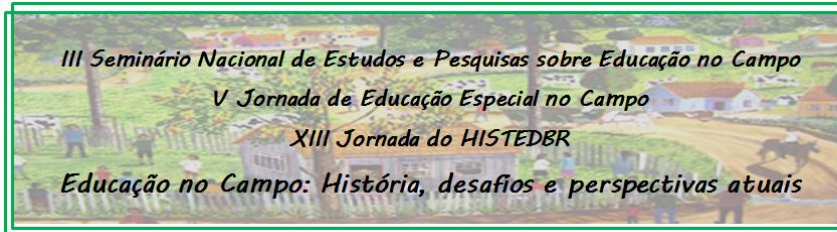
Do mesmo modo, Caldart (2003) afirma que a preocupação do movimento com a escola é necessária para que essas instituições assegurem o direito à educação, atrelado ao compromisso político e social, entretanto, alerta que a Educação do Campo não se restringe a pensar apenas a escola, vai, além disso, “[...] vinculando-se a lutas sociais por uma humanização mais plena: luta pela terra, pelo trabalho, pela desalienação do trabalho, a favor da democratização do acesso à cultura e à sua produção [...]” (CALDART, 2009, p. 43).

Com isso, a Educação do Campo surgiu como crítica a concepção da Educação Rural, inserindo-se em um contexto de transformação, modificando a ideia de que a educação de qualidade era privilégio das grandes cidades e não como objetivo da educação brasileira, em si.

Toda essa trajetória foi marcada por “lutas” e é até os dias de hoje uma conquista laçada, literalmente, pois a própria visão de escola do campo, traz um conceito ultrapassado, diferentemente do campo dos dias de hoje, que em muitos casos, está inserido dentro da própria cidade.

Daí surgem novos questionamentos, pois é garantido em lei o direito a educação, além do seu acesso e permanência na escola. Logo como muitas escolas rurais permanecem com a mesma estrutura física precária? Por que a distribuição do capital, continua privilegiando as grandes cidades? O que é necessário para que realmente se valorize a zona rural?

Fica claro que apesar de muitas mudanças, mudanças muitas vezes significativas, as escolas do campo, ainda trazem consigo um ranço do passado e que essa igualdade, seja no contexto rural ou urbano, em muitos casos ainda é uma utopia.



“Modificar” uma identidade construída ao longo dos anos, com base no descaso, torna-se uma tarefa árdua e mais, transformar um conceito de educação é algo que requer tempo. Sem dúvida que muita coisa vem mudando ao longo dos anos, no âmbito das escolas rurais, mais é necessário que se compreenda que, não existe distinções “legais” entre o campo e a cidade.

Escolas Rurais X Escolas Do Campo

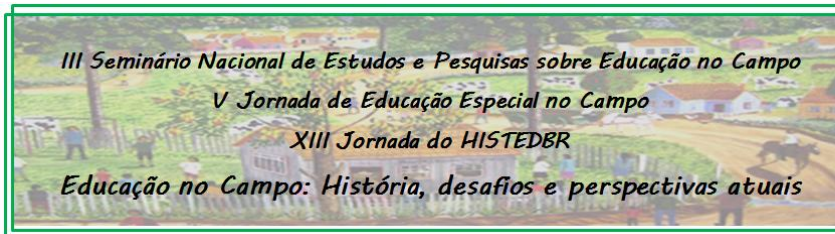
Inicialmente as escolas rurais, na maioria dos casos eram “criadas” de forma bem informal, os donos de fazendas cediam um espaço para que as aulas fossem ministradas, na maioria dos casos as “professoras” eram filhas desses fazendeiros, que muitas vezes não possuíam formação docente.

Foi através dos movimentos sociais que ocorreram no campo, que vislumbrou-se consideráveis transformações, para que mudanças consistentes acontecessem tanto com essas comunidades, como com a própria escola em si. Pois esses movimentos tiveram uma “força” e uma representação social que “exigiram” mudanças emergenciais na educação do Campo.

O fortalecimento dos Movimentos Sociais do Campo nos últimos anos impulsionou as pesquisas neste domínio e a Educação do Campo passou a ser vinculada à atividade crítica, as luta de classes, e à disputa por um projeto de sociedade que se contrapõe a concepção de Educação Rural tradicionalmente concebida como reprodutora da cultura urbanocêntrica (CALDART, et. al., 2012).

Dentre os muitos movimentos sociais que envolveram o povo do campo, é possível destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹ que tem uma proposta de educação voltada para as necessidades dos acampados e assentados nas áreas rurais, bem como o exemplo de outras instituições não governamentais, como o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)⁵ em Pernambuco e o Movimento de

¹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST foi fundado em 1984 após a retomada da luta pela terra com ocupações e acampamentos no período de 1979-1984 (MOLINA e FREITAS, 2011). ⁵ Serviço de Tecnologia Alternativa – Serta tem experiência com a Educação do Campo com a Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads), criada em 1993.



Organização Comunitária (MOC)² na Bahia. A partir disto, incluíram na agenda de discussões e reivindicações propostas para mudanças na Educação Básica.

Todos os movimentos envolvidos de alguma forma na reforma agrária brasileira, contribuíram para todos esses avanços que essas escolas alcançaram até os dias de hoje.

Essa visão de transformação para uma escola do campo de qualidade, surge em contraponto a esta visão urbanocêntrica, que anteriormente formava o povo do campo exclusivamente para mão de obra da zona urbana. Por isso, dispensava uma educação de qualidade, afinal o aluno do campo, serviria exclusivamente para a cidade.

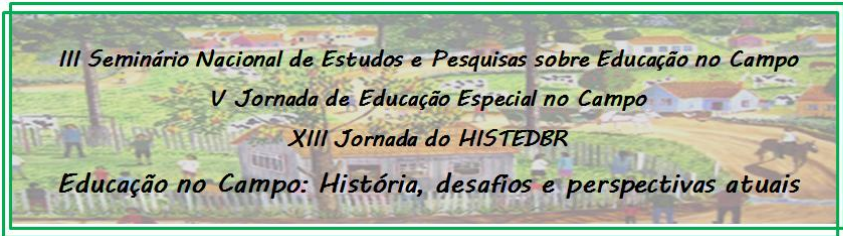
Hoje nos deparamos com um campo bem diferente, primeiramente porque é possível encontrar a vida rural, inserida dentro da própria cidade. Sendo assim a modernização “invadiu” o campo. Conseqüentemente a própria comunidade mudou, a maioria tem acesso as novas tecnologias, possuem telefone celular e vivem conectados, deste modo a própria ideia de campo precisa ser repensada.

O próprio governo federal através da legislação e dos projetos desenvolvidos pelo próprio Ministério da Educação, com a ajuda dos entes federados, passou a valorizar a escola do campo e com isso, todo preconceito instituído ao longo dos anos, vem sendo aos poucos desmistificados.

Segundo Roseli, a Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (CALDART, 2009, p. 40).

Esse “estado de coisas” diz respeito exatamente a esta visão ultrapassada de escola rural, que resume-se na necessidade de manter àquela visão ultrapassada de que a educação empobrecida e sem critérios bem determinados é de bom tamanho para o povo rural. Com isso a própria autora destaca que todo esse movimento, vai muito além dos

² Movimento de Organização Comunitária – MOC utilizou essa mesma metodologia para realizar um trabalho semelhante em Feira de Santana-BA.



muros da escola, envolve além de movimentos sociais, políticas públicas, formação docente, entre outros.

A Identidade do Povo do Campo

Com base em pesquisas publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2007) as escolas do campo já funcionavam naquela época de forma precária: “as escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas” (Ibid. p. 29). Já passado alguns anos, estes dados ainda podem ser considerados atuais, tendo em vista que a realidade persiste, o que releva a disparidade entre as escolas nos dois contextos.

Inicialmente essas escolas possuíam uma estrutura ruim, pois eram “criadas” de forma improvisada, num celeiro desativado, ou numa área sem serventia, no entanto, nos dias atuais, nos deparamos ainda com escolas do campo com essa estrutura precária.

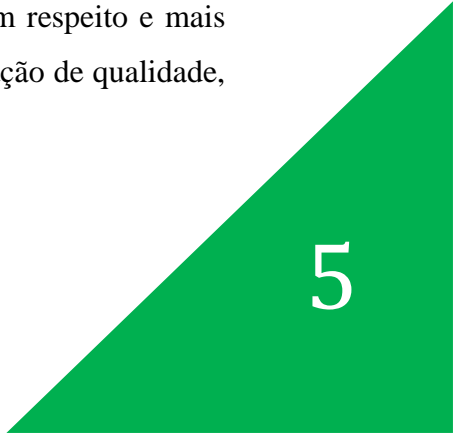
Em 2007, por exemplo, foram fechados 8.171 estabelecimentos de ensino no campo, o correspondente a um percentual de 8,4% das escolas, no período de 2005 a 2007 (BRASIL, 2007). Para alguns autores a causa da redução do número de estabelecimentos no campo está associada à política de nucleação das escolas e ao deslocamento de estudantes do campo para a cidade com o uso do transporte escolar (OLIVEIRA; MONTENEGRO; MOLINA, 2011).

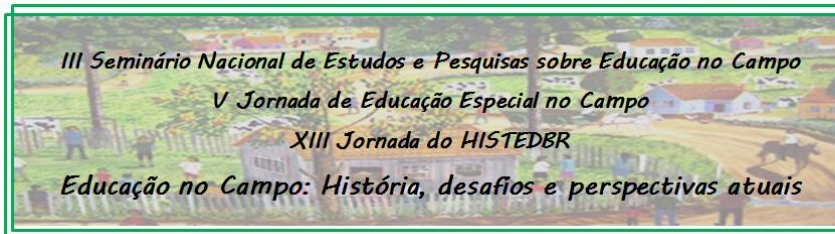
De modo geral os dados citados indicam a situação de precarização do acesso da população camponesa à educação que representa um quadro desigual e excludente em todas as regiões. Perante este cenário, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo esclarecem no Artigo 2º parágrafo único que, “a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade [...]” (BRASIL, 2002, p. 1).

Sendo assim a construção de uma identidade, fica muitas vezes comprometida, sabendo que os aspectos sociais são determinantes nessa formação.

As escolas do campo, assim como a população rural, merecem respeito e mais do que isso, possuem o direito enquanto cidadãos de terem uma educação de qualidade, além acesso e da permanência nas escolas garantido.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





Em um mundo de “individualização” em excesso, as identidades são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro (BAUMAN, p.38).

Essa é exatamente a identidade do indivíduo do campo, que traz um histórico de luta, para impor sua própria personalidade e muitas vezes assumindo uma postura de subalterno.

Pode o Subalterno Falar?

Spivaki intitula seu livro com este questionamento, e em relação as escolas do Campo, se torna uma problemática voltada para a realidade vivida pelos membros desta “sociedade”, que precisou ocupar o seu espaço, com a “força” dos movimentos sociais. Verdadeiramente as pessoas oriundas do campo eram vistas nas zonas urbanas de forma inferiorizada.

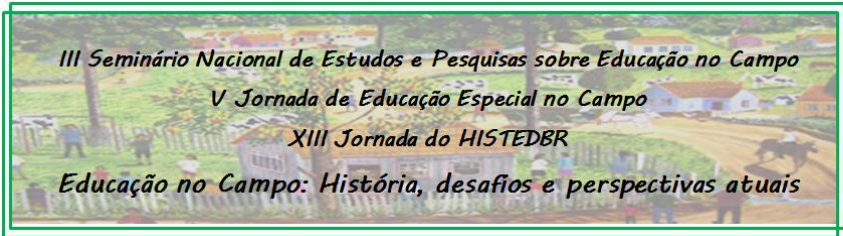
Todo esse preconceito se deu, por uma questão histórica, onde os mais favorecidos viviam na cidade e com isso adquiria vários privilégios, dentre eles uma educação de qualidade, além de cultura, lazer e muito mais.

Apesar dos muitos avanços, tanto no aspecto intelectual, mas principalmente na questão social, nos dias de hoje, ainda nos deparamos com esta visão ultrapassada, que enxerga as pessoas oriundas do campo com subalternos. Na profundidade da própria palavra é enxergar essas pessoas de maneira inferiorizada, estando sempre submetido a outrem.

Daí a importância dos movimentos sociais que “surgiram” no campo, que foram fundamentais, tanto para a ascensão deste grupo tão desprezado, quanto da própria escola rural.

Essa é uma discussão que vai além do interesse de um grupo, ou o paradigma de um movimento social, tudo isso está relacionado a políticas públicas eficientes, pois somente assim, o problema alcançará um âmbito maior. Anhaia (2011, p. 66), sobre esse processo, afirma:

Entendemos que o I ENERA foi a materialização das ações que vinham sendo desenvolvidas pelo conjunto de instituições do campo que estavam vinculados com a luta pela terra e com a produção da existência no campo. Muito embora as práticas construídas por



diferentes sujeitos do campo não se fizeram presentes na sua totalidade no I ENERA [...] temos que entendê-lo como síntese e possibilidade de um processo maior de educação. Síntese, porque traz para a discussão, em âmbito nacional, experiências vivenciadas nos mais diferentes estados no trabalho com educação formal e não formal no campo brasileiro. [...] Possibilidades, no sentido de que foi possível desencadear uma série de ações que contribuíram para que o Movimento Nacional de Educação do Campo pudesse se consolidar, além de trazer para o âmbito nacional a discussão de uma educação comprometida com, porque construída com, os trabalhadores do campo. [...] Podemos dizer que o I ENERA impulsionou a discussão da Educação do Campo, levando os sujeitos do campo a pensar a necessidade de compreender melhor a realidade rural brasileira e a educação que se faz presente neste espaço.

A partir daí a escola do campo foi vista com outros olhos, toda esta luta social, trouxe a tona a necessidade, mais do que urgente de ofertar ao povo da zona rural uma valorização também em termos educacionais efetivamente.

Era impossível tratar de reforma agrária e excluir a precariedade na educação, falar em Movimento dos sem terras (MST), sem tratar do acesso precário às escolas. Uma luta desencadeou a outra.

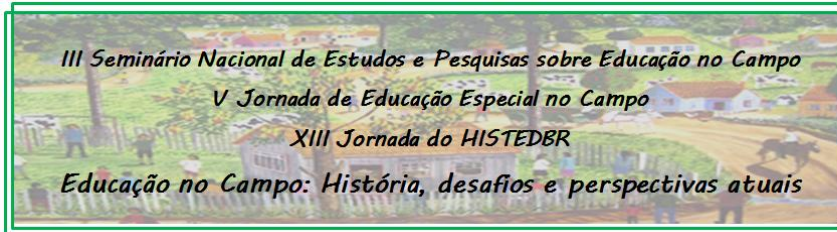
Em 2008 o Grupo de Pesquisa nos Contextos da Educação do Campo (GPEMCE), criado por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apresenta trabalhos produzidos por seus membros envolvendo debates sobre a relação entre o ensino da matemática e algumas realidades específicas do campo (MONTEIRO; LEITÃO; ASSEKER, 2009; FARIAS, 2010; MACEDO, 2010).

Com base nisso, as discussões nesses contextos abrem um leque de possibilidades de investigação referentes à Educação do Campo. O enfoque, portanto, parte das possíveis relações estabelecidas por professores entre os conhecimentos matemáticos e o trabalho dos camponeses levando em conta que o ensino de Matemática, assim como as demais áreas do conhecimento atendem a um conjunto de objetivos, conteúdos e orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e em diretrizes específicas para cada Estado e Município.

Sendo assim, fica claro que toda luta que se formou em prol de uma educação para as escolas do campo, de qualidade, não se trata de utopia e sim de determinações estabelecidas em lei e que obrigatoriamente deveriam ser cumpridas.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





Por sua vez, Molina e Sá (2012) afirmam que “a concepção de escola do campo [...] se enraíza no processo histórico da luta de classe trabalhadora pela superação do sistema do capital” (Ibid., p. 325). Já Arroyo (2011, p. 190) a descreve “Como toda instituição, a escola fundamenta-se em um espaço de produção ou de organização do trabalho, das pessoas”. Entretanto, acontecem situações contrárias aos elementos de organização da escola destacados nas Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo (BRASIL, 2002) e as propostas defendidas pelos movimentos sociais do campo.

Esse sistema de Capital, nada mais é do que o monopólio da utilização do dinheiro público ou não, em grande parte nas grandes cidades, deixando desprovidos àqueles que deveriam ser amparados pela lei.

Considerações Finais

A identidade do “povo” do campo, é sem dúvida pautada em muito trabalho e muita luta, apesar de muitos avanços, ainda é possível se deparar com o preconceito e com a discriminação.

Apesar de toda luta instituída por diversos movimentos sociais, como MST, reforma agrária entre outros, a educação rural ainda enfrenta sérios problemas. Como a estrutura física precária de muitas escolas, a falta de acesso e permanência nas escolas, direito este instituído em lei.

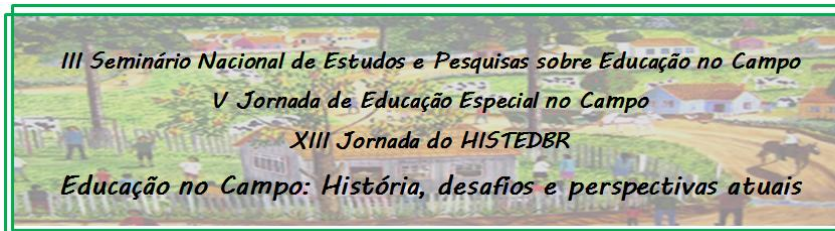
É inaceitável nos dias atuais, crianças serem transportadas para escola, em cima de caminhões, sem a menor segurança e o menor conforto. Unidades escolares serem fechada, por não possuírem o mínimo de condições para funcionarem.

A luta por uma educação de qualidade, não é simplesmente do povo do campo, mas de toda sociedade em si, este é um direito instituído em lei e por isso é um dever da união e dos órgãos federados cumprirem. Cabe ao povo, de modo geral, lutar por esse direito, não é uma luta da zona rural ou urbana é uma luta de todos nós cidadãos.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**, Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR Editor, 2005

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Educação Matemática do Campo** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**, Belo Horizonte, Ed UFMG, 2010.

FERREIRA, Joseane Abílio de Souza e BATISTA Maria do Socorro Xavier **Fundamentos Sociológicos da Educação do Campo e a Formação Docente**, Do Centro De Educação/Departamento De Fundamentação da Educação/MONITORIA da UFPB.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
V Jornada de Educação Especial no Campo
XIII Jornada do HISTEDBR
Educação no Campo: História, desafios e perspectivas atuais



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015